

# O DISCURSO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOBRE A MULHER E SEU TRABALHO EM TEMPO DE CRISES: REVIVENDO ALGUMAS NOTAS

*Selene Herculano*

(Professora do PPGSD/UFF)



Cartaz a incentivar as mulheres a trabalharem nas fábricas durante a Segunda guerra Mundial.  
Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feminismo>

## RESUMO:

O artigo traz duas resenhas a respeito do trabalho da mulher: a primeira enfoca e historiza a reflexão das ciências sociais sobre a mulher e seu trabalho; a segunda trata das peculiaridades do trabalho feminino em tempos de crise econômica. As duas resenhas se unem nas conclusões da autora, que apontam para um momento no qual, em um quadro de desemprego estrutural, de flexibilização e desregulamentação do trabalho, aquilo que era as características do trabalho feminino – informalidade, intermitência, baixos ganhos, tornam-se características do mundo do trabalho, em geral.

## ABSTRACT:

This article deals with two reviews on woman's labor: the first one focuses on the discourse of the social sciences about woman condition and her labor; the second one about the peculiarities of woman's labor during economical crisis. Both reviews are met together through the authors conclusions which highlight that nowadays, in a frame of structural unemployment, downsizing and labor deregulation, the former conditions of woman's labor – informality, intermittence and low earnings, have become characteristics of the labor' world in general.

## Introdução:

Neste artigo aproximo duas reflexões sobre o trabalho da mulher: na primeira parte enfoco o discurso das ciências sociais sobre a mulher e seu trabalho; na segunda parte resenho uma reflexão já histórica sobre o trabalho da mulher em tempos de crise econômica. À guisa de conclusão, proponho algumas pistas sobre a informalidade neste início do século XXI e a mulher nele. Os textos resenhados não são recentes, mas são emblemáticos e creio que pertinentes pois sua temática continua atual, em um momento em que vivenciamos desemprego estrutural, flexibilização/desregulamentação do trabalho, expansão da economia informal, enfim, um conjunto novo de características do trabalho atual em geral, mas que sempre foram atribuídas às formas de inserção da mulher no mundo do trabalho. Ao trabalho da mulher sempre estiveram associadas as características de intermitência, baixos ganhos, informalidade, subalternidade, desprestígio. A experiência da atualidade nos faz pensar que é como se o mundo do trabalho hoje estivesse, neste sentido, se feminilizando, com os homens, em diferentes segmentos sociais, também crescentemente passando a vivenciar o trabalho da mesma forma que as mulheres até então o vivenciavam: intermitente, informal, de baixos ganhos, etc.

Na primeira parte, faço uma breve resenha e avaliação crítica dos estudos sobre a condição feminina realizados no Brasil e que foram apresentados entre 1979-1989 pelo Grupo Mulher e Força de Trabalho, da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais). A fonte de referência é um inventário realizado por Neuma Aguiar e Selene Herculano, intitulado “Os 10 anos de produção do Grupo A Mulher na Força de Trabalho”, apresentado na X Reunião daquele GT, em setembro de 1988, no Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Na Segunda parte eu me detenho em pesquisas e reflexões sobre o trabalho feminino em tempos de crise. As crises focalizadas pela literatura resenhada são as dos anos 30 e 70 nos EEUU e no início dos anos 80 no Brasil.

### Primeira parte: o discurso das Ciências Sociais sobre a mulher

No Brasil, os estudos sobre o trabalho da mulher se intensificaram a partir de 1978, com o objetivo inicial de um reforço argumentativo, visando

demonstrar, com base em dados estatísticos e utilizando o conceito marxista de modo de produção (Aguiar), que a mulher vinha participando de forma crescente da construção social das riquezas nacionais e o quanto, apesar disso, continuava a ser discriminada. Criticava-se a metodologia do IBGE, que não apenas não desagregava a variável sexo em vários itens importantes, como também deixava de pesquisar o setor informal e invisível da economia, onde as mulheres predominavam.

O GT Mulher e Força de Trabalho concentrou-se nas seguintes questões: a sexualização das ocupações (Bruschini, Saffioti, Saffioti & Ferrante) e as diferenças salariais por sexo (Barrera); a relação entre trabalho feminino e pobreza (Barroso, Gonzales, Rodrigues, Neto, Safa); o espaço de produção doméstico (Scott; Moraes; Bruschini & Barroso; Aguiar, Neto, Abreu, Saffioti & Ferrante, Motta & Farias); o emprego doméstico (Farias); as discriminações intra-empresas, nas políticas estatais e nos órgãos públicos (Acero, Bastos, Herculano, Pena, Neto, Caulliraux e Pena); os estudos de orçamento de tempo (Farias; Figueiredo; Neto & Motta) para inventariar o trabalho doméstico; estudos sobre a questão ideológica [a propaganda institucional do governo Médici, que ocultava a mulher trabalhadora (Aguiar); as limitações do discurso ideológico sobre a mulher trabalhadora nos sindicatos (Lobo e Riggs); o mito de Adão e Eva sustentando a dominação machista (Rodrigues)]; a economia informal (Accioly Carvalho e Barbosa); a autoavaliação crítica sobre o discurso metodológico das ciências sociais acerca da condição social feminina Saffioti, Beoku-Betts, Garcia); o trabalho feminino em tempo de crise (Aguiar & Moraes; Barbieri & Oliveira; Spindel; Lavinas; Ricci); novos arranjos familiares em tempos críticos (Oliveira; Ricci); a construção da subjetividade (Telles; Lisboa; Vasconcellos); a crise da identidade sexual contemporânea (Telles).

Ainda à guisa de introdução ao tema, lembremo-nos como a temática feminina e feminista surgiu historicamente. Como já é sabido, as críticas e a revolta contra a subalternidade feminina não são um fenômeno recente: Olympe de Gouges, nos tempos da Revolução Francesa, já denunciava a parcialidade dos revolucionários de então, que buscavam “liberdade, igualdade e fraternidade”, segundo ela, apenas para metade da população francesa, isto é, para os homens<sup>2</sup>.

No século XIX, diferentes movimentos sociais ocorreram: o das *sufrajettes*, em defesa do voto feminino; das operárias de Nova York, em passeatas pela redução da sua jornada de trabalho, que tinha 12 horas, etc. A atuação política de Rosa Luxemburgo, Alessandra Kollontai, Clara Zerkín, durante a emergência do Socialismo - demonstra-nos que a luta das mulheres pela

liberdade, emancipação e integração à sociedade política não é um modismo recente, nem muito menos uma trivialidade, pois os movimentos de mulheres, na sua ampla maioria, sempre estiveram inseridos na busca de uma sociedade mais igualitária, justa e feliz.

No espaço acadêmico, podemos datar no após Segunda Guerra Mundial, a partir dos anos 50, o surgimento de um discurso científico feminino contra a estigmatização e a discriminação que recaía sobre a figura da mulher. São desta fase obras como “O Segundo Sexo”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir”, e “Macho e Fêmea”, da antropóloga Margaret Mead. Os dois livros criticam a falácia de um pensamento científico que decretava a inferioridade feminina como algo da natureza, biológica e fisiologicamente determinado e, portanto, um fato universal e perene. Beauvoir e Mead mostraram os condicionantes históricos e sócio-culturais que levaram a mulher à contingência da subalternidade: “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”, declarou Simone de Beauvoir numa célebre frase; Mead, em suas observações etnográficas, mostrou-nos grupos culturais nos quais as mulheres experimentavam proeminência e liberdade e onde a definição dos papéis sociais com base no sexo, assim como o entendimento do que viria a ser feminilidade e masculinidade, eram inteiramente diferentes do padrão cultural “civilizado” que o mundo ocidental, em seu etnocentrismo, pressupunha universal. Dizia a autora que muitos dos atributos que imputamos à natureza dos sexos, “têm tão pouco a ver com o sexo como as roupas, as maneiras e os penteados de uma sociedade em determinado período”<sup>3</sup>.

Em 1963, Betty Friedan lançou nos Estados Unidos o best seller “A Mística Feminina”, no qual historiava como as autoridades, a imprensa e a mídia montaram um discurso ideológico que se referia à mulher como um ser lindamente limitado, cuja missão sagrada era o lar, o amor de seu marido e a criação de seus filhos. O modelo da mulher burrinha, da mãe e dona de casa feliz foi criado, segundo Friedan, para substituir a imagem da mulher capaz e inteligente, operária e profissional eficientes, que a ideologia de guerra havia estimulado poucos anos antes, quando era necessário que as mulheres assumissem os postos de trabalho deixados vagos pelos homens que iam para o front, mas que, assinada a paz, voltavam ao país e queriam de volta seus empregos. Friedan mostrou o quanto a pieguice cor de rosa dos filmes americanos da década de 50 estava ligada a uma defesa do mercado de trabalho masculino. Apesar de tudo, analisou a autora, tal ideologia não foi eficaz, pois, a despeito de seus lares bem-equipados, seus bebês saudáveis e seus maridos bem-sucedidos, as mulheres médias americanas vivenciavam insatisfação, crise de identidade e

sensação de vazio, o que Friedan designou como “*o problema sem nome*”. Tal “problema” era expresso pelas donas de casa em cartas às seções dos consultórios sentimentais das revistas femininas, mas sempre era afastado, respondendo-se às consulentes que elas deveriam compreender o quanto eram felizes.

No início dos anos 70, obras como “A Dialética do Sexo”, de Shulamith Firestone, “A Política do Macho”, de Kate Millet, “A Condição feminina”, de Juliet Mitchell, municiaram o movimento feminista em expansão com críticas radicais e veementes a toda a ideologia sexista e machista, atacando em especial o revisionismo freudista<sup>4</sup>.

Como resultado dessas questões, o meio universitário norte-americano criou programas de estudos especiais, estimulando análises teóricas e pesquisas empíricas a respeito da inferioridade social da mulher. No campo antropológico, a suposta existência de um passado matriarcal, fase primitiva que teria se seguido às hordas nômades<sup>5</sup>, foi examinada; a proposta teórica marxista de Engels, que explicava a subalternidade da mulher pelo advento da propriedade privada, quando a sexualidade feminina passou a ser controlada em nome do patrimônio, foi revalorizada<sup>6</sup>; diversas pesquisas etnográficas, seguindo Mead, serviram para ratificar a contingência e relatividade culturais de uma inferioridade até então vista como da ordem da natureza; dentro de sua própria sociedade, as antropólogas descobriam, em seitas religiosas e no plano simbólico de grupos culturais não-hegemônicos, a permanência da valorização das figuras femininas. Em suma, tratava-se de questionar a naturalidade, universalidade e perenidade do patriarcalismo: os pressupostos individualistas do pensamento liberal burguês, que avalizam a busca da igualdade, têm sido capazes de vencer o tradicionalismo que subjuga a mulher? Ou, ao contrário, a entrada da mulher no mundo da produção formal em nada modifica a herança patriarcal, que se revitaliza em novas formas do capitalismo moderno?

Foi sobre esta última ordem de perguntas que a Sociologia feminista se debruçou. Já não se tratava mais de desmistificar uma falsa ciência, que impunha a idéia da inferioridade feminina como um dado indiscutível e natural; tampouco era o caso de se tentar descobrir a partir exatamente de quando e por quais variáveis a mulher havia se tornado essa “cidadã de segunda classe”. Mais importante era conhecer a condição social da mulher na sociedade burguesa contemporânea, no capitalismo e desvendar os “buracos negros” da discriminação, que se mantinham a despeito da retórica formal e dos dispositivos legais de igualdade do liberalismo burguês. Tais “buracos negros” são múltiplos e englobam a questão da representação simbólica, dos arquétipos e

estereótipos vinculados aos valores culturais predominantes e passaram a ser examinados na cidadania truncada, nos guetos universitários, na moral sexual e familiar e na participação reduzida no mercado de trabalho.

A partir daqui, fechamos nosso foco, passando a examinar o discurso sociológico sobre o trabalho da mulher, temário dos mais extensos e que tinha sua predominância explicada em razão da própria ótica produtivista da sociedade capitalista, que privilegia a esfera do trabalho e cinde ainda o mundo em, de um lado, o espaço público, masculino e, de outro, o espaço doméstico, percebido como improdutivo, no qual se encerrava a mulher.

Os primeiros estudos sobre o tema buscavam explicar porque as mulheres não conseguiam se inserir no mercado de trabalho. As explicações variavam, ora focalizando a contradição entre papéis (os papéis da mulher na estrutura familiar e na esfera da produção) e a tensão subjetiva individual subsequente (Yudkin & Holme em "Working Mothers and Their Children", de 1969; Rapoport & Rapoport em "Sex, Career and Family", de 1971), ora examinando a discriminação sexual existente no mundo da produção dividido em dois (um setor primário, de altos ganhos, proteção legal, boas oportunidades, masculino e um setor secundário, de baixos salários, inseguro, intermitente, feminino. Uma terceira ordem de explicação ligava-se à "teoria do capital humano": as mulheres seriam menos produtivas por terem menos experiência e acumularem menos treinamento (Mincek & Polak "Family Investment in the Human Capital", estudo de 1975)<sup>7</sup>.

Surgiram, também, estudos de base marxista, tentando, em primeiro lugar, tornar visível a contribuição da mulher na construção da riqueza social. Utilizando-se em especial da crítica marxista da dicotomia entre valor de uso/valor de troca<sup>8</sup> e do conceito de modos de produção não-capitalistas (modos de produção camponês e doméstico), que, segundo Ernesto Laclau<sup>9</sup>, coexistem e asseguram a permanência do capitalismo, buscava-se mostrar como esta produtora invisível sempre havia trabalhado lado a lado com os homens na produção direta de bens necessários à sobrevivência e também na produção de bens destinados ao mercado. Outros conceitos marxistas utilizados pela teoria feminista para dar conta da relação mulher/trabalho foram o conceito de exército industrial de reserva e o de reprodução da força de trabalho

O conceito de exército industrial de reserva diz respeito aos setores populacionais que, embora não engajados no processo de trabalho industrial, estão prontos a nele entrar, quando chamados, e é analisado por Marx como um amortecedor das classes trabalhadoras e suas reivindicações. A primeira vista, no caso norte-americano da

II Guerra Mundial, acima aludido, as mulheres teriam funcionado exatamente como exército de reserva. O outro conceito, de reprodução da força de trabalho, analisa o papel da mulher produzindo e reproduzindo, pela sobrevivência cotidiana e pelo nascimento de novas gerações, a mercadoria capitalista por excelência, que é a própria força de trabalho, isto é, os trabalhadores<sup>10</sup>.

Salientemos aqui as diferenças entre as duas correntes de análise: o discurso sociológico não-marxista sobre o trabalho da mulher focalizava os pontos desvantajosos que impediam ou limitavam a sua atuação produtiva; a teoria marxista desvendava o véu da invisibilidade do trabalho da mulher, provando não apenas o quanto ela trabalha, mesmo fora da esfera produtiva formal, mas, mais do que isso, como esse trabalho é importante para o capitalismo, por reduzir os gastos de reprodução da mão de obra formalmente engajada na produção. (Gardiner, Seccombe)<sup>11</sup>.

No Brasil, os estudos sobre o trabalho da mulher se intensificaram a partir de 1978, com a criação do Grupo A Mulher na Força de Trabalho, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Tais estudos tiveram como objetivo inicial um esforço argumentativo, visando demonstrar, com base em dados estatísticos e utilizando o conceito de modo de produção (Aguiar), que a mulher vinha participando de forma crescente da construção social das riquezas nacionais e o quanto, apesar disso, continuava a ser discriminada.

Um dos pontos que as pesquisadoras mais criticavam era a metodologia do IBGE, que não apenas não desagregava a variável sexo em vários itens importantes, como também deixava de pesquisar o setor informal, invisível, da economia, onde as mulheres predominavam.

O GT da Mulher na Força de Trabalho também denunciava a sexualização das ocupações (Bruschini) e as diferenças salariais por sexo (Barrera). Enfatizava também a relação entre trabalho feminino e pobreza: estudos como o de Barroso viam a questão das mulheres chefes de família como um fenômeno específico da pobreza (as famílias mais pobres são as chefiadas por mulheres); Gonzales analisava a mulher negra como triplamente discriminada, por ser mulher, negra e pobre; o trabalho feminino que o GT mais estudava era o da mulher pobre, a operária têxtil e a camponesa; a relação de reforço mútuo entre a ideologia patriarcal e o capitalismo era percebida no estudo das famílias operárias (Rodrigues) e faveladas (Neto).

Em 1979, o espaço doméstico continuava privilegiado como unidade de análise, ora demonstrando-se a produção econômica que nele se faz (Scott; Moraes; Bruschi & Barroso; Aguiar), ora analisando-se a mulher na estrutura e na variação

cíclica da família (Souza), ora examinando-se as contradições específicas do emprego doméstico (Farias).

Em 1980, as pesquisas passaram a examinar as discriminações intra-empresas: Acero mostrou como as operárias eram mantidas longe das máquinas mais caras e da tecnologia mais moderna; Herculano demonstrou como nas empresas estatais, de sofisticado nível tecnológico, os cargos de chefia eram predominantemente masculinos e como as mulheres profissionais de nível universitário ficavam distantes das funções vinculadas às atividades-fins destas empresas, permanecendo em funções de apoio. Um segundo denominador comum que surgiu foi a questão do Estado: Pena historiou como o Estado se posicionava a respeito do trabalho da mulher e Neto pesquisou o funcionalismo público, onde as mulheres ocupavam os cargos mais subalternos.

No ano seguinte, 1981, aflorou a questão da domesticidade da mulher: Neto apontou a demarcação do bairro de moradia como território-limite para o trabalho feminino; Abreu estudou as costureiras a domicílio; Saffioti & Ferrante, analisando a mulher rural de Araraquara, apontavam seu conformismo e sua pouca capacidade reivindicatória; Motta & Farias, em diferentes pesquisas sobre as empregadas domésticas, também salientavam seu conformismo e docilidade. Caulliraux e Pena, ao contrário, em pesquisas sobre diferentes épocas, descreviam as formas de luta e de resistência entre as trabalhadoras têxteis.

O ano de 1982 trouxe como novidade os estudos de orçamento de tempo (Farias; Figueiredo; Neto & Motta), cujo método objetivo era inventariar o montante de tempo gasto em todo tipo de atividade realizada pela mulher no espaço doméstico, assim possibilitando argumentar como grande parte das atividades do lar tem um cunho econômico. Ainda neste ano, Oliveira apresentava uma avaliação estatística, que apontou para um crescimento significativo do emprego feminino nos estratos de renda média.

Em 1983, a questão ideológica apareceu de forma mais específica: Aguiar analisou a propaganda institucional do governo Médici, que ocultava a mulher trabalhadora; Lobo e Higgs criticaram as limitações do discurso ideológico sobre a mulher trabalhadora nos sindicatos, apontando para o fato de que os sociólogos viam a classe trabalhadora como que formada unicamente por homens; os determinantes psicossociais da consciência social das empregadas domésticas foi abordado por Vianna, as profissionais de creche foram analisadas por Rosemberg et alli, denunciando uma visão elitista, que colocava pessoas de pouca formação e de baixos ganhos realizando o trabalho tido como “sujo” e que tem a ver com as tarefas que implicam em uma aproximação maior e constante

com a criança.

O ano de 1984 se abriu com um estudo de Safa sobre as mudanças sócio-econômicas na América Latina e a questão da mulher. Já havia um volume de estudos que permitiam um inventário e uma primeira avaliação das pesquisas realizadas dentro dessa temática, e Safa nos chamava a atenção para a crescente vinculação entre o trabalho da mulher e a pobreza, defendendo a teoria feminista como instrumental necessário ao estudo das sociedades latino-americanas, pois até então a academia, de uma forma geral, acusava o feminismo de ser apenas mais uma forma de imperialismo cultural norte-americano. Outras pesquisas seguiam apontando para as formas de discriminação intra-fábrica, manifesta nas diferenças salariais, na maior rotatividade e na alocação das mulheres em funções pouco qualificadas (Bastos). Neste mesmo ano, surgiu uma primeira autoavaliação crítica sobre o discurso metodológico das ciências sociais acerca da condição social feminina: Saffioti analisou a adequação/limitação do enfoque marxista como referência teórica, uma vez que Marx e Engels, embora sensíveis à percepção da opressão sobre a mulher, reduzem as relações entre as categorias de sexo, bem como a divisão sexual do trabalho, à mera forma de luta de classes. Kergoat argumentou não ser possível estudar-se a divisão social do trabalho sem analisá-la conjuntamente com a divisão sexual, e Beoku-Betts sugeria que as posições teóricas embutidas no discurso ideológico a respeito do trabalho da mulher tinham como referência a sociedade industrial europeia, do século XIX e, portanto, estavam contaminadas pelos pressupostos patriarcais (chefia de família, renda familiar, padrões de casamento) tornando-se necessário que a metodologia se desembaraçasse dessas perspectivas convencionais, principalmente para compreender as questões de classe, de gênero e de desenvolvimento no Terceiro Mundo. O estudo de Garcia examinava a própria armadilha presente na análise das ciências sociais sobre a divisão sexual do trabalho, pois criava dois discursos paralelos: o da lógica da produção, contido em um discurso econômico genérico, e o da lógica da reprodução, presente em um discurso específico para examinar a invisibilidade da trabalhadora. Era muito insuficiente e insatisfatório que as ciências sociais se limitassem a evidenciar assimetrias e o grande desafio metodológico proposto residia em descobrir como as duas lógicas se integram. A autora sugeria que isso fosse tentado através das estratégias de sobrevivência, do estudo dos modos de vida e das representações.

Em 1985, os estudos sobre o trabalho feminino mostravam seu crescente assalariamento rural e urbano, que tinha a ver com o processo de proletarianização dos segmentos médios (Saffioti; Silva; Bruschini). A questão do espaço doméstico como

espaço produtivo passava a tomar a forma de estudos sobre o cotidiano, no qual histórias de vida e orçamentos de tempo eram técnicas usadas para analisar o circuito do comércio de pobres nas favelas e cercanias de Fortaleza (Accioly Carvalho e Barbosa Jorge). Nesta perspectiva, os trabalhadores não-assalariados, os biscateiros, o dito exército de reserva, até então definidos teoricamente como pesos mortos sustentados pelos segmentos sociais inseridos no mercado formal, são reavaliados: o pequeno comércio (bodegas, vendas, restaurantes) desenvolvido pelos pobres (superpopulação não-assalariada) para outros pobres (assalariados de baixíssimos ganhos) resultava em uma simbiose tida como positiva, pois tornaria possível aos últimos a sua subsistência e uma participação no mercado.

A pesquisa de nível ideológico também reaparecia em 1985, com o trabalho de Rodrigues sobre a disseminação e manutenção do mito de Adão e Eva entre alunos e professores de algumas localidades de Pernambuco: tal mito sustentaria a legitimidade da dominação masculina, através de um processo de doutrinação que condiciona os indivíduos à aceitação de valores patriarcais, pelos quais as mulheres são percebidas como más e inferiores.

O encontro de 1987 (não houve sessão em 1986) elegeu como tema dominante a questão da crise num amplo espectro, abarcando desde o estudo estrutural sobre a repercussão da crise econômica no trabalho feminino (Aguiar & Moraes; Barbieri & Oliveira; Spindel; Lavinias) e sobre novos arranjos familiares em tempos críticos (Oliveira; Ricci), bem como a questão da construção da subjetividade (Telles; Lisboa; Vasconcellos). Se, nos anos 30, a crise afetou o trabalho das mulheres canavieiras, que tiveram empregos e salários reduzidos (Aguiar & Moraes), nos anos 80 as mulheres ampliaram sua participação no mercado formal, notadamente no setor governamental, enquanto que as demissões afetavam mais aos homens (Spindel). Apesar disso, ou por causa disso, as diferenças salariais não apenas se mantinham, mas recrudesciam. Dito de outra forma, as mulheres, mantidas nos empregos em virtude da própria sexualização das profissões, sustentavam a economia em crise e sofriam especificamente por isso, pois, além das perdas salariais, entravam em concorrência umas com as outras (mulher como exército de reserva de mulher) e respondiam, na rede familiar, pelos encargos sociais dos quais o Estado se omitia. No plano familiar, havia uma intensificação das jornadas e o aumento das tensões e violência doméstica (Ricci).

Em 1987, o espaço para a discussão da individualidade se expandia, com ensaios dedicados à análise da crise da identidade sexual contempo-

rânea: Telles examinava a crise do macho e via na celebração da homossexualidade masculina uma exteriorização típica do patriarcado, com a correlata exclusão da mulher e a redução da heterossexualidade, passada a ser apresentada como um “cotidiano aborrecido”; Lisboa enxergava uma crise de identidade feminina, fruto da reação ao capitalismo e que, por sua vez, teria provocado a crise de identidade do macho. Em todos estes enfoques estava presente a crise de identidade como resultante de uma crise coletiva, de uma crise de poder, e que tem a ver com a irracionalidade do sistema social contemporâneo, traduzida a nível individual pelo sentimento de impotência e de angústia. Neste processo crítico, a mulher teria sido mais protegida do que o homem, por causa da maternidade.

Para Vasconcelos, há no mundo dois tipos de poder masculino: *o poder macho*, abertamente violento, visível, característicos das sociedades ditas subdesenvolvidas, e *o poder fático*, dissimulado, que está nos programas armamentistas e atômicos, característicos do mundo dito desenvolvido; segundo a autora, as européias e norte-americanas são reverentes com o poder fático, enquanto que as terceiro-mundistas, padecendo a força bruta do poder macho, tem argúcia para perceber e ser irreverente diante de um poder fático que se insinua.

As crises aparecem como momentos de ruptura, nos quais se agudizam os conflitos entre o velho e o novo - e no qual o velho tenta se preservar travestindo-se de novo (exemplos no homossexualismo pseudo-inovador, na verdade a forma ultimada de patriarcalismo; no poder fático como substituto civilizado do poder macho; na intensificação da opressão sobre a mulher, agora submetida à jornada múltipla). Como, porém, são momentos de ruptura, abrem brechas para algo realmente novo, gerado no plano do cotidiano, e a ser percebido por um referencial de pesquisa que não deve mutilar a realidade empírica para fazê-la adaptar-se a cânones teóricos já consagrados.

Até aqui expus uma resenha do discurso da academia brasileira sobre a condição social feminina, com destaque para a questão de sua participação no mundo do trabalho. Tentemos agora avaliar criticamente a evolução do conjunto da temática e do seu referencial teórico: os estudos sobre o trabalho da mulher nasceram no Brasil no seio da comunidade da USP, com um recorte nitidamente marxista (Singer, Madeira, Blay, Saffioti); o ponto central de sua análise era a estrutura do sistema capitalista, sua especificidade no contexto brasileiro e suas tendências. O trabalho da mulher aparecia entremeado pela questão das contradições e lutas de classes. Dito de outra forma, a temática da mulher não tinha especificidade nem estatuto teórico próprio, es-

tando subordinada, em respeito aos cânones científicos que submetem a empiria à teoria, a outras questões sociais mais prestigiadas e aceitas. Os objetos das pesquisas empíricas eram escolhidos em função de um quadro de referências teóricas a serem ratificadas pelas evidências. Em suma, o resultado colhido pelas pesquisas era óbvio, nada surpreendente.

Embora óbvias em seus resultados, tais pesquisas eram muito úteis, pois municiavam as lutas feministas antidiscriminatórias com uma argumentação sólida, sofisticada, construída sob a égide da legitimidade da academia. As pesquisas tinham mais uma função comprobatória que especulativa, sendo mais um reforço argumentativo e avalizador da militância feminista. Ou seja, se não era novidade dizer que as mulheres do setor formal da produção ocupavam as categorias profissionais de baixo prestígio, ganhavam menos, etc. e que, apesar da sua invisibilidade no setor informal, elas existiam e sustentavam parte expressiva da economia nacional, era todavia marcante, estratégico e inovador que isso fôsse dito sob a chancela da universidade.

Mas o enfoque marxista desses primeiros estudos acadêmicos, que privilegiavam o trabalho da operária, da camponesa, enfim, da trabalhadora pobre, pouco espaço deixava para uma ampla gama de questões. Havia, como salientou Telles, uma “metodolatria”, que impedia o exame de temas que não se encaixassem no quadro teórico de referência. Aos poucos, porém, outras questões ganharam destaque: o fetichismo tecnológico, a inserção da mulher no Estado, etc. A questão ideológica, das representações, começou a assumir seu peso específico, deixando de ser vista como falsa consciência e a reboque das condições materiais de existência. A definição marxista-althusseriana de ideologia, segundo a qual esta diz respeito à relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência<sup>12</sup>, embora importante, ficou insuficiente para se estudar as representações, arquétipo e estereótipos.

O Feminismo veio como uma reação explosiva e compreensivelmente radical contra idéias tidas como milenares e difundidas por homens ilustres. Assim, ele surgiu enfurecido contra dizeres misóginos, tais como: “a mulher é um animal de cabelos longos e idéias curtas” (Nietzsche); “não há no mundo nada pior que uma mulher, exceto outra mulher” (Aristóteles); “as mulheres não são outra coisa que máquinas de produzir filhos” (Napoleão); “a mulher representa uma espécie de etapa intermediária entre os meninos e os homens” (Schopenhauer); “a mulher ... será salva, na condição de se tornar mãe e perseverar na modéstia, na fé, na caridade e na santidade” (São Paulo); “a mulher é um ser ocasional e acidental” (São Tomás de Aquino); “esposas, sujeitai-vos a

vossos maridos” (São Pedro); “nem todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais” (Nelson Rodrigues); “feminista é uma mulher que só pensa em ser chofer” (Millôr Fernandes)<sup>13</sup>.

Na sua reação raivosa à arrogância de tais afirmações, o Feminismo cometeu dois equívocos dos quais hoje, não apenas mais maduro em suas postulações, vitorioso em muitos aspectos, institucionalizado, se recuperou. Em primeiro lugar, o Feminismo havia inicialmente procurado negar a fisiologia feminina e a maternidade, que foi percebida às vezes como uma prisão, uma bola de chumbo atada aos tornozelos femininos (o amor materno chegou a ser apontado por Baudinier como uma criação sócio-religiosa perversa e maquiavélica, uma conspiração para oprimir e subjugar as mulheres<sup>14</sup>. Elas, segundo Beauvoir (1970, vol 2: 9), embora não fossem obrigadas a parir, estariam encerradas em situações nas quais a maternidade seria a única saída, com as leis e costumes impondo-lhes o casamento e proibindo-lhes medidas anticoncepcionais, o divórcio e o aborto. Assim, a autora definiu a maternidade como uma servidão).

O segundo erro feminista foi, apesar da raiva diante do macho opressor, tomá-lo como modelo para a mulher liberada, que, embora rejeitasse a identidade feminina tradicional, nada lhe tinha a opor como substituto, a não ser querer ser como o homem (ressalve-se, porém, que tal equívoco não é específico somente do Feminismo; todos os dominados sofrem desta espécie de mimetismo diante de seus dominadores, até que construam sua identidade própria).

Foi o socialismo feminista quem mais humanizou a questão: homens e mulheres são ambos oprimidos. A crítica de Friedan sofria do simplismo de ver o lar como embotante e vazio e, em contrapartida, o mundo masculino do trabalho como o espaço da realização humana. Friedan deixou de ver a frustração e a alienação que imperam na esfera do trabalho e que Marx tão bem analisou. Por outro lado, o viés socialista provocou um certo comodismo iludido, na medida em que partia da premissa de que bastava acabar com a opressão genérica que acabaria a opressão sobre a mulher.

O movimento de mulheres nos dias atuais já deixou de negar as diferenças: não apenas as aceita como diferenças (e não desigualdade e inferioridade), mas chega a enaltecê-las como uma especificidade feminina superior (Oliveira). O amor e a maternidade deixaram de ser vistos como armadilhas contra a mulher, tornando-se bandeiras, como, por exemplo, a luta das mães argentinas contra um governo totalitário (as loucas da Praça de Maio) e o movimento de mães e mulheres pela anistia, no Brasil. Contra o desvario atômico e anti-ecológico, as inúmeras

manifestações das mulheres ganharam espaço e se institucionalizaram.

Foi já no rumo dessas mudanças que o GT Mulher na Força de Trabalho, em sua reunião de set/88, concluiu pela mudança do objeto de análise, passando a focar a relação homem/mulher dentro do conjunto de todas as relações sociais. No XIX encontro anual da ANPOCS, em 1995, estes estudos estavam expressos no GT 18, de Relações de Gênero, discutindo as políticas de promoção de equidade entre os sexos e gênero e subjetividade. Algumas de suas pesquisadoras passaram também a participar de GTs afins, como os de Família e Sociedade, de História Oral e Memória e de Pessoa, Corpo e Doença. A ênfase parece ter se voltado não apenas para aspectos relacionais da microssociologia, mas também para a temática do indivíduo e da individuação, tema até então menosprezado face à sua vinculação com o dito liberalismo burguês. O tema de estudos do trabalho começou a perder primazia em um mundo no qual, segundo alguns sociólogos (Offe, Gorz), a própria categoria do trabalho teria perdido sua centralidade.

Hoje, no início do século XXI, as mudanças estruturais do trabalho e as inovações tecnológicas vêm alterando a relação de trabalho para os sexos, por vezes até invertendo processos: não é raro ver-se hoje as mulheres dos estratos médios em trabalho formal, assalariado, e seus homens no mercado informal, na viração por mais altos ganhos, que o mercado formal parece reservar hoje a pouquíssimos.

As novas tecnologias de comunicação e de produção e as modificações para pior da vida metropolitana vêm reunificando o espaço do lar, da família e do trabalho. Há aspectos negativos nesta reunificação, tais como a extensão das jornadas de trabalho, o isolamento do trabalhador e a instabilidade dos ganhos, agora dependentes diretamente de um mercado, não mais minimamente sustentados pelos salários; mas há também aspectos muito positivos, que são a retomada da decisão sobre os usos do tempo e a redefinição dos papéis de pai e de mãe diante de seus filhos.

### **Segunda parte: o trabalho da mulher em tempos de crise econômica: breve resenha**

Fazemos aqui uma breve resenha teórica sobre o trabalho feminino em tempo de crise econô-

mica, focalizando os anos 30 e 70 nos EEUU e os anos 80 no Brasil. (Beechey, 1978; Milkman, 1976; Anthyas, 1980; Pena, 1981; Spindel, 1984.) Nestes estudos, a discussão girava em torno de qual das lógicas melhor explicaria as condições de intermitência, de subalternidade e de ganhos menores dos salários femininos: se a ideologia patriarcal ou se a lógica do capital. Discutia-se se o advento e funcionamento da economia capitalista teria sido positivo ou negativo para o processo de libertação da mulher das peias da sociedade tradicional, patriarcal. E, conseqüentemente, se as crises capitalistas favoreceriam ou piorariam a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua situação social.

No momento atual, de desemprego estrutural, de expansão da economia informal, mas também com novas gerações de mulheres assumindo novos perfis profissionais, e com o trabalho feminino já incorporado e aceito, até que ponto este debate dos anos 70 e 80 sobre a intermitência e subalternidade do trabalho feminino continua útil? Até que ponto a disputa mais acirrada em torno de postos de trabalho mais exíguos estaria fazendo voltar a lógica patriarcal, assim banindo a mulher dos postos de trabalho mais privilegiados, ou, ao contrário, prevaleceria a lógica do capital que, buscando minimizar custos de mão-de-obra, tenderia a incorporar mais a mulher que o homem no setor formal da economia? O que acontece com o perfil de ocupações femininas quando se deflagra uma crise econômica? Quem é despedido: o homem, para que a empresa poupe seus salários mais altos (lógica do capital), ou a mulher, que não é “chefe de família” (lógica patriarcal)?

Um dos estudos emblemáticos sobre o tema foi o de Ruth Milkman.

Milkman (1976) partiu da referência às perspectivas de Mitchell (1971) e de Benston (1969) para ilustrar a teoria da mulher enquanto exército de reserva. Para estas autoras, a mão-de-obra feminina é absorvida pelo mercado em tempos de expansão econômica e dele expelida quando surge uma crise.

Milkman propôs-se a examinar melhor a questão: se a teoria do exército de reserva é útil para analisar a entrada da mulher no mercado de trabalho a longo prazo, sua aplicação torna-se sobremodo mecânica em períodos de crise. É, pois, necessário examinar o problema através de dados concretos. E foi o que fez, estudando a experiência das mulheres no mercado de trabalho e também como trabalhadoras familiares não-pagas, no período da Grande Depressão norte-americana dos anos 30. Como contraste, os anos de expansão econômica após a segunda guerra mundial também foram considerados.

Examinando dados do Censo de abril de 1930,

Milkman descobriu que a taxa de desemprego foi de 4,7 % para as mulheres trabalhadoras e 7,1 % para os homens, daí concluindo terem sido elas menos afetadas que os homens pela contração do mercado. Estudando as categorias profissionais arroladas pelo Censo, a autora viu que as mulheres foram mais poupadas do desemprego por causa do perfil feminino das suas ocupações (costureiras, lavadeiras, comissárias, telefonistas etc.) O sexismo das ocupações criou uma estrutura tão inflexível que acabou evitando a expulsão das mulheres do mercado de trabalho. A estigmatização de algumas tarefas como femininas, espécie de continuação de suas atribuições de dona de casa e mãe, acabou por funcionar em favor das mulheres: na época, o Censo registrava que mais da metade das mulheres trabalhadoras estavam ocupadas no comércio, nos escritórios e em serviços, enquanto que os homens eram predominantes no setor industrial.

Mas os dados também mostram que, mesmo em ocupações caracteristicamente não-femininas, o desemprego da mulher foi menor:

*Desemprego norte-americano por sexo em 1930:*

Desemprego	Feminino	Masculino
Indústria do Aço	8.9	13.1
Chofer de caminhão	7.7	8.5
Engenheiros	2.7	3.6

Fonte: Milkman, 1976

Um outro fator sugeriu a Milkman que o desemprego feminino tivesse sido menor que o computado: as mulheres costumavam ser subempregadas, trabalhavam em indústrias sazonais, em serviços "part-time", em atividades nem sempre mensuráveis pelos censos.

Em 1940, quando a economia norte-americana já estava se recuperando, o novo Censo serviu a Milkman de elemento de comparação: a taxa de desemprego feminino ainda era menor que a do homem, mas com uma diferença de apenas 15%, enquanto que em 1930 havia alcançado uma diferença de 49%.

*Evolução do desemprego norte-americano por sexo - Censo norte-americano*

Ano	feminino	masculino
1930	4,7%	
7,1%		
1940	7,5%	8,6%

Fonte: Milkman, 1976

Uma primeira explicação poderia ser que os trabalhos emergenciais oferecidos pelo setor público ocuparam mais homens do que mulheres; outra ordem de explicação seria a de que o total das mulheres à procura de emprego após a recessão, forçadas a saírem de casa pela perda da renda familiar havia aumentado.

Milkman sugeria que a teoria do exército de reserva não fora muito questionada porque, no plano ideológico, ela era efetivamente utilizada: sindicalistas acusavam as mulheres de estarem tomando o lugar dos homens; a desaprovação social ao trabalho da mulher casada alcançava as diretrizes de algumas empresas; alguns estados reativaram leis permitindo que professoras e outras servidoras civis fossem despedidas ao se casarem. Porém, em contraposição ao plano ideológico, mais e mais mulheres eram impelidas para o mercado de trabalho, na medida em que seus maridos e pais ficavam desempregados.

Para Milkman, um dos pontos fracos da teoria do exército de reserva era que ela não se apercebia da importância do papel econômico da mulher na família: mesmo que a família não seja mais uma unidade de produção, como nos tempos pré-capitalistas, ela ainda desempenha funções econômicas. A primeira delas a mencionar é que dentro da família, sem salário, a mulher desempenha as tarefas, aqui já mencionadas, de reproduzir e manter a força de trabalho, o que serve para rebaixar os salários (se todos os serviços obtidos em casa fossem comprados pelo trabalhador no mercado, este precisaria ganhar mais do que efetivamente ganha); em segundo lugar, Milkman mencionava a família como uma unidade de consumo (se, argumenta, as tarefas domésticas fossem socializadas, o nível de consumo de uma ampla gama de produtos cairia).

Antes da Depressão, o desenvolvimento industrial e tecnológico dos EEUU já havia minimizado as tarefas caseiras: já existia a manufatura de roupas, comidas processadas, assim como certos serviços, como a guarda dos idosos, já se faziam pelo mercado. Com a Depressão, este processo sofre uma reversão e o trabalho da dona de casa, fazendo aquilo que antes obtinha no mercado, assumiu uma importância crucial; além disso, a manufatura e os serviços domésticos voltados para o mercado (doces feitos em casa, cabeleireiras a domicílio, etc.) reviveram.

No plano familiar surgiram outras mudanças: a nuclearização da família também se reverteu: casais de diferentes gerações coabitavam; a taxa de casamentos caiu; a tensão do desemprego masculino fez recair sobre a mulher, que agora trabalhava, tarefas adicionais, de ordem psicológica, tendo de lidar com o ressentimento que dominava o homem face à reversão dos papéis. Lazer, conversas ao telefone, estar com amigos, freqüentar clubes e igrejas, foram itens cortados das despesas. Numa palavra, as mulheres, nas famílias afetadas pelo desemprego, estavam expostas a pressões de todos os lados e de todo tipo.

Assim, os papéis tradicionais da mulher na família no período da Depressão foram reforçados, não tanto por manipulação ideológica, mas pela

própria pressão econômica. Até mesmo a reversão dos papéis - ele em casa, ela no trabalho - ao ser vivenciada negativamente, resultou num reforço da diferenciação sexual tradicional dos papéis.

À Depressão dos anos 30 se seguiu um período de “boom” econômico nos anos 40 nos Estados Unidos. Com o esforço da guerra, as mulheres foram chamadas para trabalhar nas indústrias pesadas e de bens duráveis, recebendo altos salários, uma vez que o governo reembolsava as indústrias pelo custo mais alto da nova produção de artefatos bélicos, ficando seu lucro assim assegurado.

O trabalho da mulher, entretanto, era insistentemente definido pelos sindicatos, pela propaganda governamental e pelas indústrias como temporário, enquanto durasse o esforço de guerra. Segundo Milkman, a imprensa não lhes deixava esquecer que “eram mulheres fazendo tarefas de homens”, ao fazer alusões a esmaltes e cabeleireiros como preocupações que se mantinham, par a par com a produção. (Discordamos da apreciação de Milkman: muitos artigos selecionados pela Reader’s Digest desta época defendiam a capacidade, inteligência e operosidade das mulheres fabricantes de aviões, motores, bombas, etc; além disso, a crítica de Milkman à menção à vaidade feminina parece-me irrelevante e preconceituosa também, como se o atributo vaidade fôsse pouco meritório.)

Quando a guerra terminou, as mulheres, como é fato notório, foram dispensadas: em 1946 havia quatro milhões a menos de trabalhadoras do que em 1944; a se julgar por pesquisa realizada com treze mil mulheres entre 1944 e 1945, elas foram despedidas à sua revelia, pois três em cada quatro declararam que gostariam de continuar trabalhando. Mesmo com o final da guerra, porém, as mulheres não ficaram na sua totalidade no recesso de seus lares, uma vez que a expansão econômica pós-guerra ampliou-lhes o mercado das ocupações “femininas”: escritórios e serviços.

Entre 1930 e 1970, a força de trabalho feminina nos EEUU teve o seguinte crescimento:

***Expansão da mão-de-obra feminina nos Estados Unidos:***

1930	22%
1940	26%
1970	40%

Fonte: Milkman, 1976

Nos seus aspectos sociais, o crescimento da força de trabalho feminina nos anos 70 provocou uma queda na taxa de nascimentos, uma diminuição do período do ciclo vital destinado à maternidade, um aumento na taxa de divórcios e um estímulo à vida das mulheres fora do casamento. Tais modificações são, todavia, matizadas pelo caráter do emprego feminino (em ocupações menores e de menor rendimento) e pela manipulação ideológica da “mística feminina” denunciada por Friedan nos anos 60. Como analisou Milkman, “o crescimento da participação feminina na força de trabalho intensificou a contradição entre o seu trabalho assalariado e o desempenho de seus papéis domésticos”. Em consequência disso, a ideologia sexista tornou-se, segundo a autora, mais essencial à perpetuação da família. Contudo, em contrapartida a esse florescimento ideológico, surgia a resistência feminina.

Milkman concluiu sua análise sobre o trabalho feminino em tempo de crise referindo-se ao ano de 1975, quando a taxa de desemprego norte-americano atingiu 9,2% em maio, e quando as atividades “masculinas” foram as mais atingidas, com a taxa de desemprego entre os “bluecollars” subindo de 5,3% em 1973 para 13% em maio de 1975. Igualmente, os dados referentes à população empregada no primeiro trimestre de 1975 mostravam que a quantidade de homens adultos empregados caíra em 1,3 milhões, enquanto que o número de mulheres empregadas permanecia estável.

Em resumo, os dados que Milkman apresentou parecem não deixar margem de dúvida sobre o fato de que o trabalho feminino sofre menos as crises econômicas do que o masculino.

No plano do consumo, Milkman apontou diferenças entre as duas crises (anos 30 e 1975): apesar do consumo de congelados e de roupas ter caído bastante, a mulher de 1975 não teve condições de economizar fazendo em casa o que antes comprava no mercado, pois, além de a mulher de 1975 já não saber fazer tais tarefas, os gastos (energia, água) etc para fazê-las tornavam inócua a tentativa.

A estrutura mais atomizada da família nos anos 70 também não favoreceu o ressurgimento da coabitação de diferentes gerações. Numa palavra, a crise dos anos 70 não mais desempenhou, como a dos anos 30, o papel de amortecedor das tensões dos membros familiares. Isso parece significar, no seu conjunto, que a mulher dos anos 70 arcou menos com o ônus da crise do que a sofrida mulher dos anos 30, sobre quem caíra toda a espécie de encargos.

Em que tais referências à crise norte-americana nos ajudam a entender as condições do trabalho feminino brasileiro durante a crise dos anos 80?

Terá a experiência brasileira repetido o ocorrido nos EEUU em 1930 e 1975?

Spindel se baseou em dados da PNAD e da RAIS, com relação ao período de 1979/84, enfocando a crise ocorrida entre 1981/83, quando o PIB teve uma taxa de crescimento negativa, chegando a -3,2% em 1983. Ao final do quinquênio, a força de trabalho brasileira já tinha alcançado 50 milhões de pessoas.

Nesses anos de crise, Spindel constatou um maior emprego da mão-de-obra feminina: face a um crescimento médio de 0,4% do emprego anual masculino, entre 1980 e 1983, contrapunha-se uma taxa feminina de 3,2%. Tal incremento não se referia, como se poderia supor, apenas ao setor informal, o chamado "baixo terciário". Segundo Spindel, do total das mulheres que obtiveram emprego nesta época, 41% foram admitidas no mercado organizado, contra 25,5% dos homens admitidos no mesmo período.

Em 1983, pico da crise, as oportunidades de emprego feminino chegavam a 3,7% no total e 1,9% no mercado organizado (RAIS), enquanto que para os homens tais taxas eram negativas: -0,1% no total e -1,2% no mercado organizado.

Spindel informou que o governo (administração direta e autarquias) foi o grande empregador do mercado organizado nos anos da crise, abrindo mais de um milhão de vagas no período de 1980 a 1983, com o saldo líquido de 760 mil vagas, 98% das quais ocupadas por mulheres. Segundo a autora, o governo passava a prover mais de 1/3 do trabalho feminino em 1983, quando em 1980 absorvia 1/4.

Esta breve resenha teórica sobre o trabalho feminino em tempo de crise econômica diz respeito aos anos 30 e 70 nos EEUU e aos anos 80 no Brasil. Ao final da década de 90, outros estudos foram elaborados, tais como o de Helena Hirata, que examinava comparativamente como a crise atual e a globalização atuam no mercado de trabalho feminino, tendo mostrado as diferenças salariais entre os sexos, que se mantém por todo o mundo.

No momento atual, com novas gerações de mulheres assumindo novos perfis profissionais, e com o trabalho feminino já incorporado e aceito, até que ponto este debate dos anos 70 e 80 sobre a intermitência do trabalho feminino pode se manter? O que parece se manter é o fato de que o trabalho invisível da mulher, seja nos postos invisíveis do mundo da produção, seja no âmbito doméstico, é amortecedor das grandes tensões da crise, arcando com o ônus da tripla jornada (o trabalho doméstico para a família, a produção doméstica, o trabalho no mundo da produção, seja formal ou informal) e com os desgastes psicológicos, evitando que o grupo familiar entre em

colapso total. Já a questão dos ganhos menores, segundo conclusões de Hirata, parece, contudo, inequivocamente atual.

## Referências bibliográficas

- Alves, Branca & Pitanguy, J. "O que é o feminismo?." São Paulo, Brasiliense.
- Anthias, Floya. *Women and the Reserve Army of Labour: a critique of Veronica Beechey. Capital and Class*, Spring 1980.
- Beauvoir, Simone. "O segundo sexo". São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- Beechey, Verônica. "Women and Production: a critical analysis of some sociological theories of women's work". *Feminism and Materialism: women and modes of production*. London, Routledge, 1978.
- Benston, Margareth. *The Political Economy of Women's Liberation*. Monthly Review n. 21, 1969.
- Blay, Eva. "Trabalho doméstico: a mulher na indústria paulista." São Paulo, Ática, 1978.
- Bruegel, Irene. *Women as a Reserve Army of Labour: a note on recent British experience*. Feminist Review n. 3, 1979.
- Eisenstein (ed.) "Capitalist patriarchy and the case for socialist feminism." New York, Monthly Review Press, 1979.
- Engels, F. "A origem da família, da propriedade privada e do Estado". Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- Firestone, Shulamith. "A dialética do sexo". Rio de Janeiro, Ed. Labor do Brasil, 1976.
- Franchetto et alli (orgs.) "Perspectivas antropológicas da mulher." Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- Friedan, Betty. "A mística feminina". Petrópolis, Vozes, 1971.
- Gardiner, J. *Women's Domestic Labour. Capitalist Patriarchy and the case for Socialist Feminism*. Eisenstein, Zillah (ed). Monthly Review Press, N.Y., 1979.
- Gorz, A. "Adieu au Proletariat- au dela du socialisme". Paris, Galilée, 1980.
- Madeira, Felícia & Singer, Paul. "Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil - 1920-1970." São Paulo, Cadernos Cebrap, 1973.
- Marx, K. *O Capital*. México, Fondo de Cultura, 1978.
- Mead, Margaret. "Macho e Fêmea". Petrópolis, ed. Vozes, 1971.
- Milkman, Ruth. "Women's work and economic crisis: some lessons of the great depression". Review of Radical Political Economics. no. 1, Spring 1976.
- Milkman, Ruth. *Women's Work and Economic Crisis: some lessons of the Great Depression*. Review of Radical Political Economics, n.1, Spring 1976.
- Millet, Kate. "La Politique du Mâle". Paris, Stock, 1971.
- Mitchell, Juliet. "Women: the longest revolution". New Left Review, 1966.
- Mitchell, Juliet. "Women's State". New York, Vintage Books, 1971.
- Offe, Claus. "Capitalismo desorganizado: transforma-

ções contemporâneas do trabalho e da política.” São Paulo, Brasiliense, 1989.

**Oliveira, Rosiska Darcy.** “O Elogio da Diferença”. São Paulo, Brasiliense, 1992.

**Pena, Maria Valéria J.** Mulheres e Trabalhadoras. Rio, Paz e Terra, 1981.

**Saffioti, H.** “O poder do macho”. São Paulo, Ed. Moderna, 1987.

**Saffioti, Heleith.** “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”. Petrópolis, Vozes, 1976.

**Saffioti, Heleith.** Inserção da Mulher na Força de Trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica - 1872-1982. Mimeo, XVI Congresso Latinoamericano de Sociologia, 1986.

**Spindel, Cheywa.** A mulher frente à crise econômica dos anos 80: novas reflexões sobre um velho tema. São Paulo, IDESP, 1984.

**Walby, Sylvia.** “Theorizing Patriarchy”. London, Basil Blackwell, 1990.

ências sociais”.

González, Lélia. “Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?”

Herculano, Selene. “A mulher de formação universitária em algumas empresas estatais”.

Kergoat, Danielle. “A divisão social e a divisão sexual do trabalho”.

Lavinias, Lena. “Questões que a crise nos coloca”.

Lisboa, Marijane. “A crise do macho: a crise dentro da crise”.

Lobo, E. & Higgs, E. “As operárias, o sindicato e o discurso sociológico”.

Morais et alli. “Unidades domésticas, organizações de mulheres e estratégias de sobrevivência no Brasil”.

Motta, Alda. “Emprego doméstico em Salvador”.

Neto, Zahidé & Motta, Alda. “Tempo de trabalho entre mulheres proletárias de Salvador”.

Neto, Zahidé. “A força de trabalho das mulheres no espaço do bairro”.

Neto, Zahidé. “As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família de populações faveladas.”

Neto, Zahidé. “Funcionária pública: a dona de casa das repartições”.

Oliveira, Zuleica et alli. “Aspectos sócio-demográficos femininos nas áreas urbanas de São Paulo”.

Oliveira, Zuleica. “A crise e os arranjos familiares de trabalho urbano”.

Pena, Maria Valéria J. “A atuação do Estado e a organização do trabalho industrial da mulher”.

Pena, Maria Valéria J. “A mulher e as lutas operárias na Primeira República”.

Ricci, Terezinha. “As tensões da crise que as estatísticas não revelam”.

Rodrigues, Arakcy. “O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias”.

Rodrigues, Gilda. “O mito de Adão e Eva: a legitimidade da dominação masculina”.

Rosemberg, Fúlvia et alli. “Profissionais de creche”.

Safa, Helen. “Mulheres na América Latina: o impacto das mudanças sócio-econômicas”.

Saffioti, H. “Aplicabilidade da dialética marxista nos estudos das relações entre homens e mulheres nas sociedades de classes”.

Saffioti, H. e Ferrante, Vera. “Mulher e trabalho numa zona rural brasileira”.

Saffioti, H. “Política agrícola no Brasil contemporâneo e suas consequências para a força de trabalho feminina e os padrões alimentares”.

Saffioti, Heleith. “Feminismos e seus frutos no Brasil”. (Também apresentado nos Seminários Clacso, 1986).

Scott, Parry. “A produção doméstica e a mulher no Recife”.

Silva, Ma. Aparecida. “Trabalhadores e Trabalhadoras rurais no Estado de São Paulo”.

Souza, Lúcia. “O trabalho feminino e a estrutura familiar”.

Spindel, Cheywa. “A mulher frente à crise econômica dos anos 80: algumas reflexões com base nas estatísticas sociais”.

Telles, Norma. “A crise do macho e outras crises”.

Vasconcelos, Naomi. “Reflexões sobre o poder macho”.

Vianna, Marise. “Determinantes psicossociais de consciência social das empregadas domésticas de São Paulo: um estudo de caso”.

2 Citada por Pitanguy e Alves, em O Que é o Feminismo. Ed. Brasiliense, SP, p.33)

3 Citada por Friedan, 1971: 120.

4 Para Shulamith Firestone, a teoria freudiana da inveja do pênis pela mulher só faria sentido como uma metáfora ao poder social masculino, sendo um absurdo a sua leitura literal; segundo esta autora, a teoria de Freud, revisada e

## NOTAS

### 1 Lista dos papers apresentados ao longo das sessões do GT da ANPOCS mencionadas:

Abreu, Alice Rangel. “Algumas considerações sobre a posição trabalhista de costureiras externas na indústria de confecção no Rio de Janeiro”.

Accioly, Rejane. “O pequeno comércio da favela: o circuito de pobre trabalhando para pobre”.

Aceró, Lilian. “A mulher no processo de trabalho: uma fábrica têxtil”.

Aguiar, Neuma & Herculano, Selene. “Os dez anos de produção do GT a Mulher na Força de Trabalho”.

Aguiar, Neuma & Morais, David. “Trabalho e gênero em uma plantação canavieira”.

Aguiar, Neuma. “Casa e modo de produção”.

Aguiar, Neuma. “Mulheres na força de trabalho na América Latina”.

Aguiar, Neuma. “Trabalho feminino e propaganda governamental”.

Barbieri, Teresita & Oliveira, Orlandina. “A presença das mulheres latinoamericanas em uma década de crise”.

Barrera, Manuel. “Diferenças Salariais entre Homens e Mulheres na América Latina”.

Bastos, Ana. “Mulheres na indústria têxtil: o controle do trabalho feminino”.

Beoku-Bettes, Josephine. “Algumas impressões sobre a divisão sexual do trabalho nas ciências sociais, a partir de uma perspectiva do Terceiro Mundo”.

Bruschini, Cristina. “Sexualização das ocupações: o caso brasileiro”.

Bruschini, Cristina. “Trabalhadoras do Brasil”.

Carvalho, Rejane. “Os restaurantes da favela: a mercantilização do espaço doméstico”.

Cauilliraux, Hector. “Formas de resistência na indústria do vestuário”.

Farias, Zaira. “A questão da domesticidade e o trabalho feminino”.

Farias, Zaira. “Contribuições recentes para o estudo de orçamento de tempo”.

Farias, Zaira. “Dona de casa face ao trabalho doméstico e extra-doméstico”.

Figueiredo, Mariza. “Orçamento de tempo, método aplicado em pesquisa de campo nas ciências sociais”.

Garcia, Elizabeth. “A divisão sexual do trabalho e as ci-

repolida, teria sido utilizada nos Estados Unidos para exterminar a revolta feminina (Firestone, 1970:85)

5 Ver artigo de Paula Webster "Matriarchy, a vision of power", em "Toward an Anthropology of Woman." Reiter (ed.) New York, Monthly Review Press, 1975, onde o matriarcado é analisado mais como uma imagem do que uma evidência histórica e etnográfica; Webster critica Bachofen ("Das Mutterrecht", de 1861) e Engels (As origens da família, da propriedade privada e do Estado, em 1890), por terem confundido matriarcado com matrilinearidade.

6 Engels viu a desigualdade entre os sexos como a primeira forma de antagonismo de classes. Para ele, o retrocesso feminino teria tido sua origem no aumento das riquezas, quando então a herança assumiu a forma patrilinear. A monogamia teria surgido para proteger a propriedade. A tese de Engels é criticada por John Moore ("The exploitation of women in evolutionary perspective", na coletânea "Critique of Anthropology, London e (9-10), 1977:83-100) que, também com base em fontes secundárias, menciona evidências que atestariam a inferioridade feminina, presente desde o Paleolítico. Engels também foi criticado por Eleanor Leacock (New York, New World, 1972) e por Ann Lane ("Women in Society: a critique of F. Engels", em "History: theoretical and critical essays, Chicago, Univ. of Illinois Press, 1976). Ambas criticam seu economicismo e etnocentrismo, pois via culturas passadas segundo os parâmetros da sua própria cultura. Por outro lado, dizemos nós, a vinculação que Engels percebeu entre o surgimento da propriedade e o casamento monogâmico, capturando a sexualidade feminina, ainda assim não explica o patrimonialismo. Por que teria sido o homem o proprietário e senhor, e não a mulher?

7 Estudos citados por Ruth Milkman, em "Women's work and economic crisis: some lessons of the great depression". Review of Radical Political Economics, n. 1, Spring, 1976.

8 Valor de uso diz respeito ao que é produzido para atender às necessidades de consumo; valor de troca é o que é produzido como mercadoria, para ser trocado e realizar um lucro (Marx, O Capital, vol I, capítulo I).

9 Ernesto Laclau: "feudalismo e Capitalismo na América Latina". Em "Política e Ideologia na Teoria Marxista. Laclau, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

10 Ver Veronica Beechey: "Women and production: a critical analysis of some sociological theories of women's work". Em Kuhn & Wolpe "Feminism and Materialism: women and modes of production". Routledge and Kegan Paul, London, 1978.

11 Jean Gardiner: "Women's domestic labour". New Left Review no 89, 1975; Wally Secombe: "The housewife and her labour under capitalism". New Left Review no 83, 1973.

12 Louis Althusser. "Aparelhos Ideológicos de Estado". Lisboa, Ed. Presença, sine data, p. 77.

13 "Relíquias do pensamento universal", matéria do jornal Mulherio, SP, ano 2, no 7, julho/ago 82.

14 Elizabeth Badinter. "L'Amour en plus". Paris, Flammarion, 1980.

